



# Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º 2812

PARECER 24-48 - (Com. Justiça)

Opina contrariamente ao requerimento do sr. Abguar Bastos solici-  
tando pagamento de jeiton correspondente a 325 dias, com pareceres  
favoráveis das Comissões de Justiça e de Finanças e voto do sr. Lau-  
ro Lopes.

DESPACHO: *Comissão 8.7.48*

em de de 19

## DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. *relator, deputado Evaristo Duvivier*, em 10.9.48 19

O Presidente da Comissão de *Justiça*

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

PROJETO Nº 19

4432-48



# SINOPSE

Projeto N.º.....de.....de.....de 19.....

Emênta:.....

Autor:.....

Discussão única.....

Discussão inicial.....

Discussão final.....

Redação final.....

Remessa ao Senado.....

Emendas do Senado aprovadas em.....de.....de 19.....

Sancionado em.....de.....de 19.....

Promulgado em.....de.....de 19.....

Vetado em.....de.....de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de.....de.....de 19.....

✓

INTEIRADA  
14/1/50

*uuf*

1853

18 de dezembro de 1949

Excelentíssimo Senhor Deputado Munhoz da Rocha  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

1437 - 48

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Diretoria dos Serviços Legislativos
→ JAN 20 1950 ←
PROTOCOLO GERAL
N.º 0100

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que nesta data, foi enviado à sanção do Excelentíssimo Senhor Presidente da República o decreto legislativo que abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.200,00, para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, nos anos de 1936 e 1937, ao ex-deputado Abguar Bastos.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

*Georgino Avelino*  
Senador Georgino Avelino  
1º Secretário



1437-48

Sancion. 23.12.49

Epamin

G. Dutra

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Artigo 1º - É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de -- Cr\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, que deixou de receber, em 1936 e 1937, o ex-deputado federal Abguar Bastos.

Artigo 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 14 de dezembro de 1949

M. Cruz  
Florêncio  
de Almeida





CÂMARA DOS DEPUTADOS

P R O J E T O

Nº 1.437-A 1949

Convocação

R E D A Ç Ã O

*Francisco*

Redação final do Projeto de lei nº 1.437, de 1949, que abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$.8.200,00, para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, nos anos de 1936 e 1937, ao ex-deputado Abguar Bastos.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Artigo 1º. *6º* o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$.8.200,00 (oito mil e duzentos cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, que deixou de receber, em 1936 e 1937, o ex-deputado federal Abguar Bastos.

Artigo 2º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Redação, 31 de março de 1949.

*Luiz Claudio, vice-presidente*

*Romão Furtos*

*Herophils*

*Agrícola de Barros*

ACFR

SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Diretoria dos Serviços Legislativos  
Secção do Expediente  
Feito o respectivo expediente  
em 6 de maio de 1949  
por ofício sob N.º 557  
Secretaria da Câmara dos Deputados  
em 6 de maio de 1949





Proj.1.437-A/1949  
(convocação)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Artigo 1º- É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de R\$.8.200,00 (oito mil e duzentos cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, que deixou de receber, em 1936 e 1937, o ex-deputado federal Abguar Bastos.

Artigo 2º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 6 DE MAIO DE 1949.



Rio, em 6 de maio de 1949.

Nº- 557-

Encaminha autógrafo  
do Projeto de Lei  
nº 1.437-A/1949 (con-  
vcação).

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência,  
para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de  
Lei nº 1.437-A/1949, que abre, ao Ministério da Fazenda, o  
crédito especial de R\$ 8.200,00, para ocorrer ao pagamento  
de subsídio variável, nos anos de 1936 e 1937, ao ex-depu-  
tado Abguar Bastos.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Exce-  
lência os protestos de minha distinta consideração.

ANEXOS:

Avulsos: Patecer 24, de  
1948; Projeto 1437 e  
1437-A, de 1949 - Convo-  
cação (6 de cada)

Exp.

---

Vieira de Mello,  
2º Secretário responden-  
do pelo Expediente.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Georgino Avelino,  
Primeiro Secretário do Senado Federal.

BP/ABC.



**Aprovado em discussão INICIAL, passa á Discº. final**

Em 27 de 3 de 1949



22  
**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROJETO**

N.º 1.437 — 1949

(Convocação)

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.200,00, para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, nos anos de 1936 e 1937, ao ex-deputado Abguar Bastos

(Comissão de Constituição e Justiça)

(VIDE PARECER N.º 24-1948)

Tendo sido aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, voltou-lhe o processo, "para redigir o projeto para discussão final, nos termos do art. 109, § 5.º, do Regimento Interno".

O pedido foi de Cr\$ 16.250,00, da parte variável do subsídio, relativa a 325 dias, durante os anos de 1936 e 1937 a qual não foi paga, ao peticionário, por ter sido este, então, preso, processado e condenado pelo Tribunal de Segurança.

Esta Comissão, considerando, porém, que a anistia, concedida, em 1945, fez desaparecer quaisquer efeitos da condenação, julgou constitucional o pagamento solicitado.

A Diretoria de Contabilidade e Pessoal da Secretaria da Câmara dos Deputados, informa, porém, que, nos dois exercícios citados, foram descontadas, do peticionário, apenas 164 faltas, na importância de Cr\$ 8.200,00.

Esta, portanto, a importância que se lhe deve mandar pagar, pelo que apresenta a Comissão o seguinte

**PROJETO**

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.200,00, para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, nos anos de 1936 e 1937, ao ex-Deputado Abguar Bastos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de oito mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 8.200,00), para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, que deixou de receber, em 1936 e 1937, o ex-Deputado Federal Abguar Bastos.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala "Afrânio de Melo Franco", em 4 de fevereiro de 1949. — Flores da Cunha, Interino. — Eduardo Duviols, Relator. — Lameira Bittencourt. — João Botelho, Vencido, pois com favorável ao pagamento do "quantum" solicitado na inicial do



ex-Deputado Federal Sr. Abguar Bastos. — *Freitas e Castro*. — *Pinhoeiro Machado*. — *João Nogueira da Mata*. — *Ataliba Nogueira*. — *Aristides Largura*. — *Gilberto Valente*. — *Edgard de Arruda*. — *Afonso Arinos*. — *Hermes Lima*.

PARECER

N.º 24, de 1948

*Opina contrariamente ao requerimento do Sr. Abguar Bastos solicitando pagamento de jeton correspondente a 325 dias; com pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da de Finanças, com voto em separado do Sr. Lauro Lopes.*

(Da Comissão de Finanças)

REQUERIMENTO DO SR. ABGUAR DE BASTOS  
A QUE SE REFEREM OS PARECERES

Exmo Sr.

Abguar Bastos, deputado federal eleito em 1934 pelo Estado do Pará sob a legenda do então Partido Liberal frequentou, regularmente, as sessões da Câmara dos Deputados durante o ano de 1935, conforme consta dos Anais da Casa. Entretanto, a 23 de março de 1936, durante o período das férias parlamentares, foi o signatário preso por ordem do Governo Federal, em pleno gozo de suas imunidades e sem licença previa do Poder Legislativo, de que era membro. Essa violência do Poder Executivo, que alcançou, igualmente, mais 3 deputados e 1 senador, foi justificada pelo Estado de Guerra então decretado e só posteriormente e que o Governo Federal pediu licença ao Poder Legislativo para processar os parlamentares que já se achavam presos. Em virtude do afastamento forçado do signatário, a Câmara deixou de lhe pagar o Jeton a que tinha direito. Ora, o signatário deixava de frequentar as sessões da Câmara não por livre e espontânea vontade, mas, sim, por estar sendo impedido arbitrariamente por um dos Poderes que exorbitando os limites de sua jurisdição invadia a soberania de outro, no caso o Poder Legislativo, de que o signatário, por mandato do povo, era parte integrante. Cabia, portanto, ao deputado assim segregado do convívio de seus pares, direito àquilo que lhe era arrebatado pelo uso da força. Acontece que

a Câmara, posteriormente, aprovou a licença para processar os ditos parlamentares mas, deixando omissa o seu reconhecimento ao ato de força que os mantinha presos. Contudo, após o processo movido pelo então Tribunal de Segurança foi o signatário em maio de 1937 condenado a seis meses de prisão, quando nesta já passara um ano, um mês e vinte e dois dias, o que quer dizer que, mesmo no base da autorização dada pela Câmara, o signatário contava (descontados os seis meses da condenação) sete meses e 22 dias de injusta separação de seu deveres para com o Parlamento. Era de esperar que a Câmara dos Deputados ao reassumir o deputado o seu posto a 15 de maio de 1937 mandasse pagar-lhe o Jeton correspondente ao tempo em que, contra a sua vontade mas por força coatora do Poder Executivo, esteve fora de suas atividades legislativas, pagamento esse que deveria ser feito com desconto dos dias enquadrados no prazo da condenação (seis meses). De acordo com esse ponto de vista manifestou-se o Presidente da Câmara dos Deputados no ano de 1937, ordenando, ouvidas as seções competentes, o pagamento do Jeton em débito e que se referia aos dias excedentes ao prazo condenatório o que não foi cumprido em virtude do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que dissolveu a Câmara convindo, entretanto assinalar que o processo de pagamento chegou a obter a respectiva autorização. Mas, em virtude da Lei de Anistia do ano de 1945, acha que o signatário que pode receber o Jeton correspondente a todo o tempo em que se manteve fora da Câmara e correspondente a 1 ano, 1 mês e 22 dias, menos três meses de férias (janeiro, fevereiro e março de 1936). Descontado o período de férias sobram ao signatário 325 dias de Jeton não pago, num total de dezesseis mil e duzentos e cinquenta cruzeiros (16.250,00), incluindo o prazo condenatório visto que a anistia isentou o signatário de quaisquer consequências do ato que o manteve durante seis meses (pelo veredicto do T. S. N.) em regime carcerário, além do que cumpriu à margem do prazo estabelecido pelo Tribunal de exceção. Solicita o signatário, pois, o pagamento de Cr\$ 16.250,00 em virtude do que acima expõe. Nesses termos pede que seja ouvida



a Comissão de Finanças. Confiando não só na Justiça como no elevado espírito democrático que anima as resoluções dos nobres pares da Câmara dos Deputados, o signatário espera ser atendido em sua pretensão.

Com os mais elevados protestos de consideração e apreço.

São Paulo, 19 de agosto de 1947. —  
Abguar Bastos.

#### Parecer da Comissão de Constituição e Justiça

O ex-deputado federal, pelo Estado do Pará, Sr. Abguar Bastos, solicita o pagamento de 325 dias de *jeton* ou parte variável do seu subsídio, durante o tempo em que esteve preso, de 23 de março de 1936 até a dissolução da Câmara em novembro de 1937.

Por ter sido, pelo Tribunal de Segurança, condenado a seis meses de prisão, pediu, em 1937, ao então Presidente da Câmara dos Deputados, o pagamento dessa parte do seu subsídio, com desconto dos ditos seis meses, pronunciando-se, favoravelmente, aquela autoridade, pelo que o processo de pagamento foi autorizado.

Em virtude, porém, da anistia concedida em 1945, não há mais razão para o desconto dos seis meses, pelo que o ex-deputado pede o pagamento da cota correspondente a 325 dias, na importância de Cr\$ 16.250,00.

Não vemos nenhuma inconstitucionalidade no pagamento de uma dívida da União e nenhuma dúvida temos de que essa dívida existe, pelo que somos de parecer que deve ser atendido o pedido, processando-se o pagamento na forma da lei.

Sala da Comissão, 19 de setembro de 1947. — Agamenon Magalhães, Presidente. — Eduardo Duvivier, Relator. — Flores da Cunha. — Antonio Feliciano. — Graccho Cardoso. — José Crispim. — Leopoldo Peres. — Carlos Waldemar. — Vieira de Melo. — Adroaldo Costa. — Pacheco de Oliveira. — Afonso Arinos. — Edgard Arruda. — Plínio Barreto. — Gilberto Valente. — Batista Teixeira. — Plínio Cavalcanti. — Gurgel do Amaral. — Lameira Bittencourt.

#### Parecer da Comissão de Finanças

O Sr. Abguar Bastos, ex-deputado federal, requereu ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o pagamento da quantia de Cr\$ 16.250,00 correspondente ao desconto que foi feito na

parte variável do seu subsídio, num período de 325 dias.

Isso foi entre 1936 e 1937, quando aquele antigo congressista estivera preso por delito político.

Tratando-se de um direito patrimonial violado, evidentemente, não é o legislativo o poder competente para reparar a lesão sofrida.

Pelo decurso do prazo, verifica-se que se direito tinha o reclamante, este caducou irremediavelmente. Não é preciso acentuar que os prazos da prescrição são de decadência.

Sem delonga, porque o assunto não comporta, somos por que se denegue o pedido.

Sala "Antônio Carlos", em 17 de junho de 1948. — Fernando Nóbrega, Relator.

#### PARECER

A Comissão de Finanças opina contrariamente ao pedido formulado pelo Sr. Deputado Federal Abguar Bastos.

Sala "Antônio Carlos" em 28 de junho de 1948. — Toledo Piza, Presidente em exercício. — Fernando Nóbrega, Relator. — Dioclecio Duarte. — Lauro Lopes, vencido. — Orlando Brasil. — Deodoro Fendonça. — João Cleofas. — Luiz Viana. — Senador Viana. — Souza Leão. — Israel Pinheiro. — Tristão da Cunha. — Osvaldo Lima.

#### VOTO VENCIDO DO SR. LAURO LOPES

O ex-deputado federal, Sr. Abguar Bastos, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados o pagamento da quantia de Cr\$ 16.250,00, correspondente ao desconto que foi feito na parte variável do seu subsídio, num período de 325 dias, de 1936 e 1937.

Quanto à legalidade do pagamento em aprêço manifestou-se favoravelmente a Comissão de Constituição e Justiça.

Vindo o processo a esta Comissão de Finanças como relator, requeri se mandasse informar, devidamente qual o montante real dos descontos sofridos pelo requerente.

Volta-me agora às mãos o processo, com a informação prestada pela Diretoria de Contabilidade e Pessoal da nossa Secretaria, de que foram descontadas, nos dois exercícios referidos, 164 faltas do peticionário, na importância de Cr\$ 8.200,00.

A informação a que me reporte diz:

"Prestando os esclarecimentos solicitados no Processo junto informo que das cópias das folhas de pagamento

*Processo de Finanças*



de subsídio aos Srs. Deputados, relativas aos exercícios de 1936 e 1937, enviados ao Tesouro Nacional, consta que o Sr. Abguar Bastos foi nelas incluído da seguinte forma :

1936 :

Subsídio fixo, integral durante os meses de maio a dezembro.

Subsídio variável :

	Cr\$
Maio .....	1.000,00
Junho .....	950,00
Julho .....	900,00
Agosto .....	1.000,00
Setembro .....	800,00
Outubro .....	1.000,00
Novembro .....	700,00
Dezembro .....	750,00

1947 :

Subsídio fixo, integral, durante os meses de janeiro a outubro e nove dias de novembro.

Subsídio variável :

	Cr\$
Janeiro .....	1.200,00
Fevereiro .....	950,00
Março .....	1.000,00
Abril .....	700,00
Maio .....	1.100,00
Junho .....	1.500,00
Julho .....	1.550,00
Agosto .....	1.550,00
Setembro .....	1.550,00
Outubro .....	950,00
Novembro .....	450,00

Nestas condições, verifica-se que do subsídio variável lhe foram descontadas, em 1936, 101 diárias assim

discriminadas : maio-9; junho-11; julho-12; agosto-12; setembro-14; outubro-11; novembro-16 e dezembro-16; e, em 1937, 63 diárias, a saber : janeiro-6; fevereiro-9; março-11; abril-16; maio e outubro-12, perfazendo o total, nos dois exercícios de 164 faltas descontadas, na importância de Cr\$ 8.200,00.

São estas as informações que a S.F. cabe prestar".

Parece-me, assim, que poderá ser autorizado o pagamento dessa quantia ao requerente, para o que oferece a consideração da Câmara o seguinte

#### PROJETO

*Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.200,00, para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, nos anos de 1936 e 1937, ao ex-Deputado Abguar Bastos.*

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de oito mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 8.200,00), para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, que deixou de receber em 1936 e 1937, o ex-Deputado Federal, Abguar Bastos.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições, em contrário.

Sala "Antônio Carlos", em 24 de maio de 1948. — *Lauro Lopes*, Relator.

*Original*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Inicial  
Votação

1437  
— 1949

Projeto \_\_\_\_\_ v. 1

Parceria de Justiça, 4.2.49  
Discutida  
em projeto \_\_\_\_\_ v. 1

Parceria de Renda, 28  
5.48  
discutida  
Fernando Rubens

~~discutida~~ projeto

Ultima parceria de Justiça, em o projeto.

**Aprovado em discussão INICIAL, passa á Discº. final**

**Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 194\_\_\_\_\_**



600  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

Nº 1437 -1949

( Convocação )

Abre, ao Mº da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.200,00, para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, nos anos de 1936 e 1937, ao ex-deputado Abguar Bastos.

( COMISSÃO DE CONST. E JUSTIÇA )

( Vide Parecer nº. 24/1948 )  
( ~~10.10.1948~~ )

CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº 24, DE 1948

AO REQUERIMENTO DO SNR. ABGUAR BASTOS

Tendo sido aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, voltou-lhe o processo, "para redigir o projeto para discussão final, nos termos do art.109, § 5º, do Regimento Interno".

O pedido foi de Cr\$16.250,00, da parte variável do subsídio, relativa a 325 dias, durante os anos de 1936 e 1937, a qual não foi paga, ao peticionário, por ter sido este, então, preso, processado e condenado pelo Tribunal de Segurança.

Esta Comissão, considerando, porém, que a anistia, concedida, em 1945, fez desaparecer quaisquer efeitos da condenação, julgou constitucional o pagamento solicitado.

A Diretoria de Contabilidade e Pessoal da Secretaria da Câmara dos Deputados, informa, porém, que, nos dois exercícios citados, foram descontadas, do peticionário, apenas 164 faltas, na importância de Cr\$8.200,00.

Esta, portanto, a importância que se lhe deve mandar pagar, pelo que apresenta a Comissão o seguinte

PROJETO

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$8.200,00, para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, nos anos de 1936 e 1937, ao ex-Deputado Abguar Bastos.





c31/15<sup>2</sup>

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1 - É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de oito mil e duzentos cruzeiros (Cr\$8.200,00), para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, que deixou de receber, em 1936 e 1937, o ex-Deputado Federal Abguar Bastos.

Art. 2 - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala "Afrânio de Mello Franco", ~~Novembro 1948~~ em 14 de Fevereiro de 1949.

*Procyra...*

Presidente *Antônio*

*Eduardo Duvivier*

(Eduardo Duvivier)

Relatôr

*Handwritten notes and signatures on the left margin, including a large signature and the text "Relatório de..."*

*Handwritten notes: "Hermes Cadia"*

*Handwritten notes: "ameire Bittencourt", "Sr. Bittencourt", "Bois com formelao", "pagamento de a pou-", "lun", "substituto", "principal do ex-deputado", "fezente Sr. Abguar"*

*Handwritten signatures and notes at the bottom, including "Bastos", "Freitas - Cury", "Puliano Machado", "Caro, coureiro", "Ataliba Nogueira", and "Amor..."*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PARECER

N.º 24 — 1948

Opina contrariamente ao requerimento do Sr. Abguar Bastos solicitando pagamento de jeton correspondente a 325 dias; com pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da de Finanças, com voto em separado do Sr. Lauro Lopes

(Da Comissão de Finanças)

#### REQUERIMENTO DO SR. ABGUAR DE BASTOS A QUE SE REFEREM OS PARECERES

Exmo. Sr.

Abguar Bastos, deputado federal eleito em 1934 pelo Estado do Pará sob a legenda do então Partido Liberal, frequentou, regularmente as sessões da Câmara dos Deputados durante o ano de 1935, conforme consta dos Anais da Casa. Entretanto, a 23 de março de 1936, durante o período das férias parlamentares, foi o signatário preso por ordem do Governo Federal, em pleno gozo de suas imunidades e sem licença prévia do Poder Legislativo, de que era membro. Essa violência do Poder Executivo, que alcançou igualmente mais 3 deputados e 1 senador, foi justificada pelo Estado de Guerra então decretado e só posteriormente é que o Governo Federal pediu licença ao Poder Legislativo para processar os parlamentares que já se achavam presos. Em virtude do afastamento torçado do signatário de seus trabalhos parlamentares, a Câmara deixou de lhe pagar o Jeton a que tinha direito. Ora, o signatário deixava de frequentar as sessões da Câmara não por livre e espontânea vontade, mas, sim, por estar sendo impedido arbitrariamente por um dos Poderes que exorbitando os limites de sua jurisdição,

invadia a soberania de outro, no caso o Poder Legislativo, de que o signatário, por mandato do povo, era parte integrante. Cabia, portanto, ao deputado assim segregado do convívio de seus pares, direito aquilo que lhe era arrebatado pelo uso da força. Acontece que a Câmara, posteriormente, aprovou a licença para processar os ditos parlamentares mas, deixando omisso o seu reconhecimento ao ato de força que os mantinha presos. Contudo, após o processo movido pelo então Tribunal de Segurança foi o signatário em Maio de 1937 condenado a seis meses de prisão, quando nesta já passara um ano, um mês e vinte e dois dias, o que quer dizer que, mesmo na base da autorização dada pela Câmara, o signatário contava (descontados os seis meses da condenação) sete meses e 22 dias de injusta separação de seus deveres para com o Parlamento. Era de esperar que a Câmara dos Deputados ao reassumir o deputado o seu posto a 15 de maio de 1937 mandasse pagarlhe o Jeton correspondente ao tempo em que, contra a sua vontade mas por força coatora do Poder Executivo, esteve fora de suas atividades legislativas, pagamento esse que deveria ser feito com desconto dos dias enquadrados no prazo da condenação (seis meses). De acordo com esse



C 32 A  
- 2 -

ponto de vista manifestou-se o Presidente da Câmara dos Deputados no ano de 1937, ordenando, ouvidas as seções competentes, o pagamento do Jeton em débito e que se referia aos dias excedentes ao prazo condenatório, o que não foi cumprido em virtude do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que dissolveu a Câmara, convindo, entretanto assinalar que o processo de pagamento chegou a obter o respectiva autorização. Mas, em virtude da Lei de Anistia do ano de 1945, acha que o signatário que pode receber o Jeton correspondente a todo o tempo em que se manteve fora da Câmara e correspondente a 1 ano, 1 mês e 22 dias, menos três meses de férias (Janeiro, Fevereiro e Março de 1936). — Descontado o período de férias sobram ao signatário 325 dias de Jeton não pago, num total de dezesseis mil e duzentos e cinquenta cruzeiros (16.250,00) incluindo o prazo condenatório, visto que a anistia isentou o signatário de quaisquer consequências do ato que o manteve durante seis meses (pelo veredicto do T.S.N.) em regime carcerário, além do que cumpriu à margem do prazo estabelecido pelo Tribunal de exceção. Solicita o signatário, pois, o pagamento de Cr\$ 16.250,00 em virtude de di que acima expõe. Nestes termos, pede que se seja ouvida a Comissão de Finanças. Confiando não só na Justiça como no elevado espírito democrático que anima as resoluções dos nobres pares da Câmara dos Deputados, o signatário espera ser atendido em sua pretensão.

Com os mais elevados protestos de consideração e apreço.

São Paulo 19 de agosto de 1947. — *Abguar Bastos*.

#### Parecer da Comissão de Constituição e Justiça

O ex-deputado federal, pelo Estado do Pará, Sr. Abguar Bastos, solicita o pagamento de 325 dias de *jeton*, ou parte variável do seu subsídio, durante o tempo em que esteve preso, de 23 de março de 1936 até a dissolução da Câmara, em novembro de 1937.

Por ter sido, pelo Tribunal de Segurança, condenado a seis meses de prisão, pediu, em 1937, ao então Presidente da Câmara dos Deputados, o pagamento dessa parte do seu subsídio, com desconto dos ditos seis meses, pronunciando-se, favoravelmente, aquela autoridade, pelo que o processo de pagamento foi autorizado.

Em virtude, porém, da anistia concedida em 1945, não há mais razão para o desconto dos seis meses, pelo que o ex-deputado pede o pagamento da cota correspondente a 325 dias, na importância de Cr\$ 16.250,00.

Não vemos nenhuma inconstitucionalidade no pagamento de uma dívida da União e nenhuma dúvida temos de que essa dívida existe, pelo que somos de parecer que deve ser atendido o pedido, processando-se o pagamento na forma da lei. — *Agamemnon Magalhães*, Presidente. — pagamento na forma da lei.

Sala da Comissão, 19 de setembro de 1947. — *Agamemnon Magalhães*, Presidente. — *Eduardo Duvivier*, Relator. — *Flores da Cunha*. — *Antonio Feliciano*. — *Graccho Cardoso*. — *José Crispim*. — *Leopoldo Peres*. — *Carlos Waldemar*. — *Vieira de Melo*. — *Adroaldo Costa*. — *Pacheco de Oliveira*. — *Afonso Arinos*. — *Edgard Arruda*. — *Plinio Barreto*. — *Gilberto Valente*. — *Batista Teixeira*. — *Plinio Cavalcanti*. — *Gurgel do Amaral*. — *Lameira Bittencourt*.

#### Parecer da Comissão de Finanças

##### RELATÓRIO

O Sr. Abguar Bastos, ex-deputado federal, requereu ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o pagamento da quantia de Cr\$ 16.250,00 correspondente ao desconto que foi feito na parte variável do seu subsídio, num período de 325 dias.

Isso foi entre 1936 e 1937, quando aquele antigo congressista estivera preso por delito político.

Tratando-se de um direito patrimonial violado, evidentemente, não é o legislativo o poder competente para reparar a lesão sofrida.

Pelo decurso do prazo, verifica-se que se direito tinha o reclamante, este caducou irremediável. Não é preciso acentuar que os prazos da prescrição são de decadência.

Sem delonga, porque o assunto não comporta, somos porque se denegue o pedido.

Sala "Antônio Carlos", em 17 de junho de 1948. — *Fernando Nobrega*, Relator.

##### PARECER

A Comissão de Finanças opina contrariamente ao pedido formulado pelo Sr. Deputado Federal, Sr. Abguar Bastos.

Sala "Antônio Carlos", em 28 de junho de 1948. — *Toledo Piza*, Presi-

Caixa: 155

Lote: 25

PL N° 1437/1948

13



dente em exercício. — *Fernando Nobrega*, Relator. — *Dioclecio Duarte*. — *Lauro Lopes*, vencido. — *Orlando Brasil*. — *Deodoro Mendonça*. — *João Cleofas*. — *Luiz Viana*. — *Segadas Viana*. — *Souza Leão*. — *Israel Pinheiro*. — *Tristão da Cunha*. — *Oswaldo Lima*.

#### VOTO VENCIDO DO SR. LAURO LOPES

O ex-deputado federal, Sr. Abguar Bastos, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados o pagamento da quantia de Cr\$ 16.250,00, correspondente ao desconto que foi feito na parte variável do seu subsídio num período de 325 dias, de 1936 e 1937.

Quanto à legalidade do pagamento em apreço manifestou-se favoravelmente a Comissão de Constituição e Justiça.

Vindo o processo a esta Comissão de Finanças como relator, requeri se mandasse informar, devidamente, qual o montante real dos descontos sofridos pelo requerente.

Volta-me agora às mãos o processo, com a informação prestada pela Diretoria de Contabilidade e Pessoal da nossa Secretaria, de que foram descontadas, nos dois exercícios referidos, 164 faltas do peticionário, na importância de Cr\$ 8.200,00.

A informação a que me reporto diz: "Prestando os esclarecimentos solicitados no Processo junto, informo que das cópias das folhas de pagamento de subsídio aos Srs. Deputados, relativas aos exercícios de 1936 e 1937, enviados ao Tesouro Nacional, consta que o Sr. Abguar Bastos foi nelas incluído da seguinte forma:

#### 1936:

Subsídio fixo, integral durante os meses de maio a dezembro.

#### Subsídio variável:

Maio .....	1.000 00
Junho .....	950 00
Julho .....	900 00
Agosto .....	1.000 00
Setembro .....	800 00
Outubro .....	1.000 00
Novembro .....	700 00
Dezembro .....	750 00

#### 1937

Subsídio fixo, integral, durante os meses de janeiro a outubro e nove dias de novembro.

#### Subsídio variável:

	Cr\$
Janeiro .....	1.200,00
Fevereiro .....	950,00
Março .....	1000,00
Abril .....	700,00
Maio .....	1.100,00
Junho .....	1.500,00
Julho .....	1.550,00
Agosto .....	1.550,00
Setembro .....	1.550,00
Outubro .....	950,00
Novembro .....	450,00

Nestas condições, verifica-se que do subsídio variável lhe foram descontadas, em 1936, 101 diárias assim discriminadas: maio-9; junho-11; julho-12; agosto-12; setembro-14; outubro-11; novembro-16 e dezembro-16; e, em 1937, 63 diárias, a saber: janeiro-6; fevereiro-9; março-11; abril-16; maio- e outubro-12, perfazendo o total, nos dois exercícios de 164 faltas descontadas, na importância de Cr\$ 8.200,00.

São estas as informações que à S.F. cabe prestar."

Parece-me, assim, que poderá ser autorizado o pagamento dessa quantia ao requerente, para o que oferece à consideração da Câmara o seguinte

#### PROJETO

*Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.200,00, para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, nos anos de 1936 e 1937, ao ex-Deputado Abguar Bastos.*

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de oito mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 8.200,00), para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, que deixou de receber em 1936 e 1937, o ex-Deputado Federal, Abguar Bastos.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala "Antônio Carlos", em 24 de maio de 1948. — *Lauro Lopes*, Relator.



Em 18 de Outubro de 1947

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

Nos termos do relatório apresentado pelo Senhor Deputado Lauro Lopes, ao pedido de pagamento de jeton correspondente a 325 dias, feito pelo ex-Deputado Federal Abguar Bastos, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência informações sobre o montante real dos descontos sofridos pelo requerente, devolvendo, para os devidos fins, o referido processo (F - 598).

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu respeitoso apreço.

---

HORÁCIO LAFER

Presidente em exercício

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados.



## RELATÓRIO

O ex-deputado federal Sr. Abeguar Bastos solicitou ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados o pagamento de 325 dias da parte variável do seu subsídio, tempo em que esteve preso, de 23 de março de 1936 até novembro de 1937.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente.

Necessário se torna, porém, para perfeita solução do pedido, que a Mesa mande informar, devidamente, qual o montante real dos descontos sofridos pelo requerente em decorrência da prisão a que se refere.

Para esse fim opino pela devolução do processo à Comissão Executiva.

Sala "Antônio Carlos", em 2/10/1947

Relator





## RELATÓRIO

O ex-deputado federal Sr. Abeguar Bastos solicitou ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados o pagamento de 325 dias da parte variável do seu subsídio, tempo em que esteve preso, de 23 de março de 1936 até novembro de 1937.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente.

Necessário se torna, porém, para perfeita solução do pedido, que a Mesa mande informar, devidamente, qual o montante real dos descontos sofridos pelo requerente em decorrência da prisão a que se refere.

Para esse fim opino pela devolução do processo à Comissão Executiva.

Sala "Antônio Carlos", em 2/10/1947

atenda-se

Horacio Lage

14-10-47

Relator



*Aprovado o parecer de justiça, à pag. 2, vale  
a esta Comissão para redigir o projeto para discussão  
final, em termos do art. 109, § 5º, do Regimento Interno.*

*6.9.48*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PARECER

N.º 24 — 1948

Opina contrariamente ao requerimento do Sr. Abguar Bastos solici-  
tando pagamento de jeton correspondente a 325 dias; com pare-  
ceres ~~favoráveis~~ da Comissão de Constituição e Justiça e da de  
Finanças, com voto em separado do Sr. Lauro Lopes

(Da Comissão de Finanças)

REQUERIMENTO DO SR. ABGUAR DE BASTOS  
A QUE SE REFEREM OS PARECERES

Exmo. Sr.

Abguar Bastos, deputado federal eleito em 1934 pelo Estado do Pará sob a legenda do então Partido Liberal, frequentou, regularmente as sessões da Câmara dos Deputados durante o ano de 1935, conforme consta dos Anais da Casa. Entretanto, a 23 de março de 1936, durante o período das férias parlamentares, foi o signatário preso por ordem do Governo Federal, em pleno gozo de suas imunidades e sem licença prévia do Poder Legislativo, de que era membro. Essa violência do Poder Executivo, que alcançou igualmente mais 3 deputados e 1 senador, foi justificada pelo Estado de Guerra então decretado e só posteriormente é que o Governo Federal pediu licença ao Poder Legislativo para processar os parlamentares que já se achavam presos. Em virtude do afastamento forçado do signatário de seus trabalhos parlamentares, a Câmara deixou de lhe pagar o Jeton a que tinha direito. Ora, o signatário deixava de frequentar as sessões da Câmara não por livre e espontânea vontade, mas, sim, por estar sendo impedido arbitrariamente por um dos Poderes que exorbitando os limites de sua jurisdição,

invadia a soberania de outro, no caso o Poder Legislativo, de que o signatário, por mandato do povo, era parte integrante. Cabia, portanto, ao deputado assim segregado do convívio de seus pares, direito aquilo que lhe era arrebatado pelo uso da força. Acontece que a Câmara, posteriormente, aprovou a licença para processar os ditos parlamentares mas, deixando omissa o seu reconhecimento ao ato de força que os mantinha presos. Contudo, após o processo movido pelo então Tribunal de Segurança foi o signatário em Maio de 1937 condenado a seis meses de prisão, quando nesta já passara um ano, um mês e vinte e dois dias, o que quer dizer que, mesmo na base da autorização dada pela Câmara, o signatário contava (descontados os seis meses da condenação) sete meses e 22 dias de injusta separação de seus deveres para com o Parlamento. Era de esperar que a Câmara dos Deputados ao reassumir o deputado o seu posto a 15 de maio de 1937 mandasse pagarlhe o Jeton correspondente ao tempo em que, contra a sua vontade mas por força coatora do Poder Executivo, esteve fora de suas atividades legislativas, pagamento esse que deveria ser feito com desconto dos dias enquadrados no prazo da condenação (seis meses). De acordo com esse



ponto de vista manifestou-se o Presidente da Câmara dos Deputados no ano de 1937, ordenando, ouvidas as seções competentes, o pagamento do Jeton em débito e que se referia aos dias excedentes ao prazo condenatório, o que não foi cumprido em virtude do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que dissolveu a Câmara, convindo, entretanto assinalar que o processo de pagamento chegou a obter o respectiva autorização. Mas, em virtude da Lei de Anistia do ano de 1945, acha que o signatário que pode receber o Jeton correspondente a todo o tempo em que se manteve fora da Câmara e correspondente a 1 ano, 1 mês e 22 dias, menos três meses de férias (Janeiro, Fevereiro e Março de 1936). — Descontado o período de férias sobram ao signatário 325 dias de Jeton não pago, num total de dezesseis mil e duzentos e cinquenta cruzeiros (16.250,00) incluindo o prazo condenatório, visto que a anistia isentou o signatário de quaisquer consequências do ato que o manteve durante seis meses (pelo veredicto do T.S.N.) em regime carcerário, além do que cumpriu à margem do prazo estabelecido pelo Tribunal de exceção. Solicita o signatário, pois, o pagamento de Cr\$ 16.250,00 em virtude de di que acima expõe. Nesses termos, pede que se seja ouvida a Comissão de Finanças. Confiando não só na Justiça como no elevado espírito democrático que anima as resoluções dos nobres pares da Câmara dos Deputados, o signatário espera ser atendido em sua pretensão.

Com os mais elevados protestos de consideração e apreço.

São Paulo 19 de agosto de 1947. —  
*Abguar Bastos.*

#### Parecer da Comissão de Constituição e Justiça

O ex-deputado federal, pelo Estado do Pará, Sr. Abguar Bastos, solicita o pagamento de 325 dias de *jeton*, ou parte variável do seu subsídio, durante o tempo em que esteve preso, de 23 de março de 1936 até a dissolução da Câmara, em novembro de 1937.

Por ter sido, pelo Tribunal de Segurança, condenado a seis meses de prisão, pediu, em 1937, ao então Presidente da Câmara dos Deputados, o pagamento dessa parte do seu subsídio, com desconto dos ditos seis meses, pronunciando-se, favoravelmente, aquela autoridade, pelo que o processo de pagamento foi autorizado.

Em virtude, porém, da anistia concedida em 1945, não há mais razão para o desconto dos seis meses, pelo que o ex-deputado pede o pagamento da cota correspondente a 325 dias, na importância de Cr\$ 16.250,00.

Não vemos nenhuma inconstitucionalidade no pagamento de uma dívida da União e nenhuma dúvida temos de que essa dívida existe, pelo que somos de parecer que deve ser atendido o pedido, processando-se o pagamento na forma da lei. — *Agamemnon Magalhães*, Presidente. — pagamento na forma da lei.

Sala da Comissão, 19 de setembro de 1947. — *Agamemnon Magalhães*, Presidente. — *Eduardo Duvivier*, Relator. — *Flores da Cunha*. — *Antonio Feliciano*. — *Graccho Cardoso*. — *José Crispim*. — *Leopoldo Peres*. — *Carlos Waldemar*. — *Vieira de Melo*. — *Adroaldo Costa*. — *Pacheco de Oliveira*. — *Afonso Arinos*. — *Edgard Arruda*. — *Plínio Barreto*. — *Gilberto Valente*. — *Batista Teixeira*. — *Plínio Cavalcanti*. — *Gurgel do Amaral*. — *Lameira Bittencourt*.

#### Parecer da Comissão de Finanças RELATÓRIO

O Sr. Abguar Bastos, ex-deputado federal, requereu ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o pagamento da quantia de Cr\$ 16.250,00 correspondente ao desconto que foi feito na parte variável do seu subsídio, num período de 325 dias.

Isso foi entre 1936 e 1937, quando aquele antigo congressista estivera preso por delito político.

Tratando-se de um direito patrimonial violado, evidentemente, não é o legislativo o poder competente para reparar a lesão sofrida.

Pelo decurso do prazo, verifica-se que se direito tinha o reclamante, este caducou irremediável. Não é preciso acentuar que os prazos da prescrição são de decadência.

Sem delonga, porque o assunto não comporta, somos porque se denegue o pedido.

Sala "Antônio Carlos", em 17 de junho de 1948. — *Fernando Nobrega*, Relator.

#### PARECER

A Comissão de Finanças opina contrariamente ao pedido formulado pelo Sr. Deputado Federal, Sr. Abguar Bastos.

Sala "Antônio Carlos", em 28 de junho de 1948. — *Toledo Piza*, Presi-



dente em exercício — *Fernando Nobrega*, Relator. — *Dioclecio Duarte*. — *Lauro Lopes*, vencido. — *Orlando Brasil*. — *Deodoro Mendonça*. — *João Cleofas*. — *Luiz Viana*. — *Segundas Viana*. — *Souza Leão*. — *Israel Pinheiro*. — *Tristão da Cunha*. — *Oswaldo Lima*.

VOTO VENCIDO DO SR. LAURO LOPES

O ex-deputado federal, Sr. Abguar Bastos, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados o pagamento da quantia de Cr\$ 16.250,00, correspondente ao desconto que foi feito na parte variável do seu subsídio num período de 325 dias, de 1936 e 1937.

Quanto à legalidade do pagamento em apreço manifestou-se favoravelmente a Comissão de Constituição e Justiça.

Vindo o processo a esta Comissão de Finanças como relator, requeri se mandasse informar, devidamente, qual o montante real dos descontos sofridos pelo requerente.

Volta-me agora às mãos o processo, com a informação prestada pela Diretoria de Contabilidade e Pessoal da nossa Secretaria, de que foram descontadas, nos dois exercícios referidos, 164 faltas do peticionário, na importância de Cr\$ 8.200,00.

A informação a que me reporto diz:

“Prestando os esclarecimentos solicitados no Processo junto, informo que das cópias das folhas de pagamento de subsídio aos Srs. Deputados, relativas aos exercícios de 1936 e 1937, enviados ao Tesouro Nacional, consta que o Sr. Abguar Bastos foi nelas incluído da seguinte forma:

1936:

Subsídio fixo, integral durante os meses de maio a dezembro.

Subsídio variável:

Maio .....	1.000,00
Junho .....	950,00
Julho .....	900,00
Agosto .....	1.000,00
Setembro .....	800,00
Outubro .....	1.900,00
Novembro .....	700,00
Dezembro .....	750,00

1937

Subsídio fixo, integral, durante os meses de janeiro a outubro, e nove dias de novembro.

Subsídio variável:

	Cr\$
Janeiro .....	1.200,00
Fevereiro .....	950,00
Março .....	1000,00
Abril .....	700,00
Maio .....	1.100,00
Junho .....	1.590,00
Julho .....	1.550,00
Agosto .....	1.550,00
Setembro .....	1.550,00
Outubro .....	950,00
Novembro .....	450,00

Nestas condições, verifica-se que do subsídio variável lhe foram descontadas, em 1936, 101 diárias assim discriminadas: maio-9; junho-11; julho-12; agosto-12; setembro-14; outubro-11; novembro-16 e dezembro-16; e, em 1937, 63 diárias, a saber: janeiro-6; fevereiro-9; março-11; abril-16; maio- e outubro-12, perfazendo o total, nos dois exercícios de 164 faltas descontadas, na importância de Cr\$ 8.200,00.

São estas as informações que a S.F. cabe prestar.”

Parece-me, assim, que poderá ser autorizado o pagamento dessa quantia ao requerente, para o que oferece à consideração da Câmara o seguinte

PROJETO

*Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.200,00, para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, nos anos de 1936 e 1937, ao ex-Deputado Abguar Bastos.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de oito mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 8.200,00), para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, que deixou de receber em 1936 e 1937, o ex-Deputado Federal, Abguar Bastos.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala “Antônio Carlos”, em 24 de maio de 1948. — *Lauro Lopes*, Relator.



## RELATÓRIO

O ex-deputado federal, Sr. Abeguar Bastos, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados o pagamento da quantia de Cr\$ 16.250,00, correspondente ao desconto que foi feito na parte variável do seu subsídio num período de 325 dias, de 1936 e 1937.

Quanto à legalidade do pagamento em aprêço manifestou-se favoravelmente a Comissão de Constituição e Justiça.

Vindo o processo a esta Comissão de Finanças como relator, requeri se mandasse informar, devidamente, qual o montante real dos descontos sofridos pelo requerente.

Volta-me agora às mãos o processo, com a informação prestada pela Diretoria de Contabilidade e Pessoal/nossa Secretaria, de que foram descontadas, nos dois exercícios referidos, 164 faltas do peticionário, na importância de Cr\$... 8.200,00.

A informação a que me reporto diz:

Restando os esclarecimentos solicitados no processo junto, informo que das cópias das folhas de pagamento de subsídio aos Srs. Deputados, relativas aos exercícios de 1936 e 1937, enviadas ao Tesouro Nacional, consta que o Sr. Abeguar Bastos foi nelas incluído da seguinte forma:

### 1936

Subsídio fixo, integral durante os meses de maio a dezembro.

Subsídio variável:

Maio .....	1.000,00
Junho.....	950,00
Julho.....	900,00
Agosto.....	1.000,00
Setembro.....	800,00
Outubro.....	1.000,00
Novembro.....	700,00
Dezembro.....	750,00

### 1937

Subsídio fixo, integral, durante os meses de ja-



neiro a outubro, e 9 dias de novembro.

Subsídio variável:

Janeiro	1.200,00
Fevereiro	950,00
Março	1.000,00
Abril	700,00
Maio	1.100,00
Junho	1.500,00
Julho	1.550,00
Agosto	1.500,00
Setembro	1.550,00
Outubro	950,00
Novembro	450,00

Nestas condições, verifica-se que do subsídio variável lhe foram descontadas, em 1936, 101 diárias assim discriminadas: maio-9; junho-11; julho-12; agosto-12; setembro-14; outubro-11; novembro-16; e dezembro-16; e, em 1937, 63 diárias, a saber: janeiro-6; fevereiro-9; março-11; abril-16; maio-9 e outubro-12, fazendo o total, nos dois exercícios, de 164 faltas descontadas, na importância de Cr\$ 8.200,00.

São estas as informações que à S. F. cabe prestar "

Parece-me, assim, que poderá ser autorizado o pagamento dessa quantia ao requerente, para o que oferece à consideração da Câmara o seguinte

PROJETO

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$. 8.200,00, para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, nos anos de 1936 e 1937, ao ex-Deputado Abguar Bastos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de oito mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 8.200,00), para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, que deixou de receber em 1936 e 1937, o ex-Deputado Federal, Abguar Bastos.



Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Sala "Antônio Carlos", em de maio de 1948

---

RELATOR

P A R E C E R

contrariamente  
A Comissão de Finanças opinava favoravelmente ao  
projeto constante das conclusões do parecer do Relator.

Sala "Antônio Carlos", em de maio de 1948

, PRESIDENTE

, RELATOR



Opina contrariamente ao requerimento do sr. Abguar Bastos solicitando pagamento de jeton correspondente a 325 dias; com parecer da Comissão de C. e Justiça, opinando pela ~~localidade do mesmo~~ e voto em separado do sr. Lauro Lopes.

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Diretoria dos Serviços Legislativos

8-JUL-1948

PROTOCOLO GERAL

No. 2812

CÂMARA DOS DEPUTADOS



*Requerimento do Sr. Abguar de Bastos a que se referem os pareceres*

EXMO. Sr.

ABGUAR BASTOS, deputado federal eleito em 1934 pelo Estado do Pará sob a legenda do então Partido Liberal, frequentou, regularmente as sessões da Câmara dos Deputados durante o ano de 1935, conforme consta dos Anais da Casa. Entretanto, a 23 de Março de 1936, durante o período das férias parlamentares, foi o signatário preso por ordem do Governo Federal, em pleno gozo de suas imunidades e sem licença prévia do Poder Legislativo, de que era membro. Essa violência do Poder Executivo, que alcançou, igualmente, mais 3 deputados e 1 senador, foi justificada pelo Estado de Guerra então decretado e só posteriormente é que o Governo Federal pediu licença ao Poder Legislativo para processar os parlamentares que já se achavam presos. Em virtude do afastamento forçado do signatário de seus trabalhos parlamentares, a Câmara deixou de lhe pagar o JETON a que tinha direito. Ora, o signatário deixava de frequentar as sessões da Câmara não por livre e espontânea vontade, mas, sim, por estar sendo impedido arbitrariamente por um dos Poderes que, exorbitando os limites de sua jurisdição, invadia a soberania de outro, no caso o Poder Legislativo, de que o signatário, por mandato do povo, era parte integrante. Cabia, portanto, ao deputado assim segregado do convívio de seus pares, direito aquilo que lhe era arrebatado pelo uso da força. Acontece que a Câmara, posteriormente, aprovou a licença para processar os ditos parlamentares mas, deixando omissa o seu reconhecimento ao ato de força que os mantinha presos. Contudo, após o processo movido pelo então Tribunal de Segurança, foi o signatário em Maio de 1937 condenado a seis meses de prisão, quando nesta já passara um ano, um mês e vinte e dois dias, o que quer dizer que, mesmo na base da autorização dada pela Câmara, o signatário contava (descontados os seis meses da condenação) sete meses e 22 dias de injusta separação de seus deveres para com o Parlamento. Era de esperar que a Câmara dos Deputados, ao reassumir o deputado o seu posto a 15 de Maio de 1937, mandasse pagar-lhe o JETON correspondente ao tempo em que, contra a sua vontade, mas por força coatora do Poder Executivo, esteve fora de suas atividades legislativas, pagamento esse que deveria ser feito com desconto dos dias enquadrados no prazo da condenação (seis meses). De acordo com esse ponto de vista manifestou-se o Presidente da Câmara dos Deputados no ano de 1937, ordenando, ouvidas as sessões competentes, o pagamento do JETON em débito e que se referia aos dias excedentes ao prazo condenatório, o que não foi cumprido em virtude do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que dissolveu a Câmara, convindo, entretanto assinalar que o processo de pagamento chegou a obter a respectiva autorização. Mas, em virtude da Lei de Anistia do ano de 1945, acha o signatário que pode receber o JETON correspondente a todo o tempo em que se manteve fora da Câmara e correspondente a 1 ano, 1 mês e 22 dias, menos três meses de férias (Janeiro, Fevereiro e Março de 1936). Descontado o período de férias sobram ao signatário 325 dias de JETON não pago, num total de dezesseis mil e duzentos e cinquenta cruzeiros (16.250,00), incluindo o prazo condenatório, visto que a anistia isentou o signatário de quaisquer consequências do ato que o manteve durante seis meses (pelo veredicto do T.S.N.) em regime carcerário, além do que cumpriu a margem do prazo estabelecido pelo Tribunal de exceção. Solicita o signatário, pois, o pagamento de Cr\$16.250,00 em virtude do que acima expõe. Nestes termos, pede que seja ouvida a Comissão de Finanças. Confiando não só na Justiça como no elevado espírito democrático que anima as resoluções dos nobres pares da Câmara dos Deputados, o signatário espera ser atendido em sua pretensão.

Com os mais elevados protestos de consideração e apreço.

São Paulo 19 de Agosto de 1947.

a) Abguar Bastos.



C 429

Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA *ayta*

MEMORIAL Nº 2930/1947

O ex-deputado federal, pelo Estado do Pará, Snr. Ab-  
guar Bastos, solicita o pagamento de 325 dias de jeton, ou  
parte variável do seu subsídio, durante o tempo em que este-  
ve preso, de 23 de Março de 1936 até a dissolução da Câmara,  
em Novembro de 1937.

Por ter sido, pelo Tribunal de Segurança, condena-  
do a seis meses de prisão, pediu, em 1937, ao então Presiden-  
te da Câmara dos Deputados, o pagamento dessa parte do seu  
subsídio, com desconto dos ditos seis meses, pronunciando-se,  
favoravelmente, aquela autoridade, pelo que o processo de pa-  
gamento foi autorizado.

Em virtude, porém, da anistia concedida em 1945, não  
há mais razão para o desconto dos seis meses, pelo que o ex-  
deputado pede o pagamento da quota correspondente a 325 dias,  
na importância de Cr\$16.250,00.

Não vemos nenhuma inconstitucionalidade no pagamen-  
to de uma dívida da União e nenhuma dúvida temos de que essa  
dívida existe, pelo que somos de parecer que deve ser atendi-  
do o pedido, processando-se o pagamento na forma da lei.

*Pracioso Gallo - Presidente*  
*Salá da Comissão, 19 de Setembro, 1947*  
*Eduardo Luvizini, relator*

*(Eduardo Durvicy)*  
*Flora*  
*Antônio*  
*Graciano*  
*João B. Silva*  
*Leandro*





Carlos Waldemar

CA 30

Vinicius de Moraes

Edoardo Costa

Paulo S. Lima

Agostinho

Edgar de Faria

Chimfarrut

Reinaldo

Baptista Pereira

Ami Capelanti

Luiz de Faria

Amorim Brito





Parecer da Comissão de Finanças  
1948

C 131

RELATÓRIO

O Sr. Abguar Bastos, ex-deputado federal, requereu ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o pagamento da quantia de CR\$ 16 250,00 correspondente ao desconto que foi feito na parte variável do seu subsídio, num período de 325 dias.

Isso foi entre 1936 e 1937, quando aquele antigo congressista estivera preso por delito político.

Tratando-se de um direito patrimonial violado, e evidentemente, não é o legislativo o poder competente para separar a lesão sofrida.

Pelo decurso do prazo, verifica-se que se direito tinha o reclamante, este caducou irremediável. Não é preciso acrescentar que os prazos da prescrição são de decadência.

Sem delonga, porque o assunto não comporta, somos porque se denegue o pedido.

Sala "Antônio Carlos", em 11 de junho de 1948

Fernando Nobrega, Relator

PARECER

A Comissão de Finanças opina contrariamente ao pedido formulado pelo Sr. Deputado Federal, Sr. Abguar Bastos.

Sala "Antônio Carlos", em 28 de junho de 1948

Volodya S. S., Presidente da Comissão

Fernando Nobrega, Relator

Lauro M., recebido

Manoel Pereira

Deodoro F. F.

Luiz F. F.

Lauro M.

Lauro M.



*voto vencido do Sr. Lauro Laper.*

RELATÓRIO

*C/152*

O ex-deputado federal, Sr. Abeguar Bastos, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados o pagamento da quantia de Cr\$ 16.250,00, correspondente ao desconto que foi feito na parte variável do seu subsídio num período de 325 dias, de 1936 e 1937.

Quanto à legalidade do pagamento em aprêço manifestou-se favoravelmente a Comissão de Constituição e Justiça.

Vindo o processo a esta Comissão de Finanças como relator, requerí se mandasse informar, devidamente, qual o montante real dos descontos sofridos pelo requerente.

Volta-me agora às mãos o processo, com a informação prestada pela Diretoria de Contabilidade e Pessoal/nossa Secretaria, de que foram descontadas, nos dois exercícios referidos, 164 faltas do peticionário, na importância de Cr\$... 8.200,00.

A informação a que me reporto diz:

"Prestando os esclarecimentos solicitados no processo junto, informo que das cópias das folhas de pagamento de subsídio aos Srs. Deputados, relativas aos exercícios de 1936 e 1937, enviadas ao Tesouro Nacional, consta que o Sr. Abeguar Bastos foi nelas incluído da seguinte forma:

*C* 1936

Subsídio fixo, integral durante os meses de maio a dezembro.

Subsídio variável:

Maio .....	1.000,00
Junho.....	950,00
Julho.....	900,00
Agosto.....	1.000,00
Setembro.....	800,00
Outubro.....	1.000,00
Novembro.....	700,00
Dezembro.....	750,00

*C* 1937

Subsídio fixo, integral, durante os meses de janeiro a outubro e nove dias de novembro.



neiro a outubro, e 9 dias de novembro.

Subsídio variável:

Janeiro	1.200,00
Fevereiro	950,00
Março	1.000,00
Abril	700,00
Maió	1.100,00
Junho	1.500,00
Julho	1.550,00
Agosto	1.550,00
Setembro	1.550,00
Outubro	950,00
Novembro	450,00

Nestas condições, verifica-se que do subsídio variável lhe foram descontadas, em 1936, 101 diárias assim discriminadas: maio-9; junho-11; julho-12; agosto-12; setembro-14; outubro-11; novembro-16; e dezembro-16; e, em 1937, 63 diárias, a saber: janeiro-6; fevereiro-9; março-11; abril-16; maio-9 e outubro-12, perfazendo o total, nos dois exercícios, de 164 faltas descontadas, na importância de Cr\$ 8.200,00.

São estas as informações que à S. F. cabe prestar "

Parece-me, assim, que poderá ser autorizado o pagamento dessa quantia ao requerente, para o que oferece à consideração da Câmara o seguinte

PROJETO

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.200,00, para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, nos anos de 1936 e 1937, ao ex-Deputado Abguar Bastos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de oito mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 8.200,00), para ocorrer ao pagamento de subsídio variável, que deixou de receber em 1936 e 1937, o ex-Deputado Federal, Abguar Bastos.



Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Sala "Antônio Carlos", em 24 de maio de 1948

Lauro Lopes

*[Signature]*

RELATOR

P A R E C E R

contrariamente

A Comissão de Finanças opina ~~favoravelmente~~ ao projeto constante das conclusões do parecer do Relator.

Sala "Antônio Carlos", em de maio de 1948

*Designo para relatar o  
verendo o dep. Fernando  
Saboga.*

*3.6.48*

*[Signature]*

, PRESIDENTE

, RELATOR



# OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS:.....